

Proposta de Lei n.º 384/XV/1.^a
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 150.º-A

Matrizes de água

Objetivando a gestão da utilização e do domínio da água em termos racionais e otimizados, através da tomada de decisões e consequentes construções políticas de desenvolvimento, numa lógica quer global, quer local, o Governo promove a elaboração, em 2023, das Matrizes de Água, em articulação entre a Administração Central, a Agência Portuguesa de Ambiente, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e a Rede Nacional das Agências Regionais e Municipais de Energia e Ambiente.

Nota Justificativa:

A elaboração do documento denominado Matrizes de Água permita a identificação e quantificação dos principais fluxos de água no território municipal, identificando e quantificando ainda as necessidades de cada Concelho,. Desta forma, é uma ferramenta fundamental para uma gestão mais eficiente e para a definição de estratégias de atuação integradas, através de indicadores de desempenho ajustados às características próprias de cada território. Este mecanismo fomenta a proteção dos valores ambientais e promove políticas de desenvolvimento sustentável sustentadas em normas

internacionais, como a ISO 37120 (Desenvolvimento Sustentável das Comunidades), que vem estabelecer definições e metodologias para um conjunto de indicadores em vários domínios, no sentido de orientar e medir o desempenho dos serviços e da qualidade de vida que proporciona aos seus cidadãos.

Este propósito vai ao encontro do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, que tende a contribuir para uma nova cultura de água em Portugal através da sua valorização nos setores urbano, agrícola e industrial. Este documento cumpre ainda como os objetivos enunciados na Lei da Água, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva Quadro da Água (Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000) é estabelecida pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada pelos Decretos-Lei n.ºs 245/2009, de 22 de setembro; 60/2012, de 14 de março e 130/2012, de 22 de junho e pelas Leis n.º 42/2016, de 28 de dezembro e n.º 44/2017, de 19 de junho.

Sabemos que alguns municípios já têm estas matrizes de água, desenvolvidos com as respectivas Agências Municipais de Energia e Ambiente, no entanto, é fundamental assegurar que todos os municípios o façam para uma correta gestão dos seus recursos.

São Bento, 10 de novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa